

**ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS – CONERH**

No dia 16 de dezembro de 2021 ocorreu a 50ª Reunião Ordinária do CONERH através da plataforma virtual teams. Participaram da reunião os Conselheiros abaixo listados, além de convidados. Constaram na pauta os seguintes itens: **1)** Apreciação e Deliberação da Proposta de Enquadramento dos Corpos de Água das Bacias Hidrográficas do Rio Grande, produto do Plano de Recursos Hídricos; **2)** Apreciação e Deliberação da Proposta de Enquadramento dos Corpos de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Corrente e Riachos do Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho, produto do Plano de Recursos Hídricos; **3)** Apresentação do Programa Monitora: Evolução e Resultados; **4)** Informes; **5)** O que ocorrer. Mariana Mascarenhas (SECEX/SEMA) iniciou a reunião após a verificação do *quórum* informando que iria presidir a reunião, devido a impossibilidade da Secretária de esta presente naquele momento. Informou que não foi possível finalizar a ata da última reunião devido ao grande volume de reuniões de colegiados entre novembro e dezembro. Em relação aos pontos de pauta referente aos enquadramentos contextualizou que foi feita a reunião conjunta das câmaras técnicas CTPPP/CONERH e CTPPDS/CEPRAM, que resultou num parecer conjunto direcionado à plenária da reunião conjunta CEPRAM/CONERH sugerindo a recomendação do CEPRAM pela aprovação dos 02 (dois) enquadramentos e sugerindo a plenária do CONERH a aprovação desses enquadramentos. A reunião conjunta dos Conselhos ocorreu em 01/12 e, mais uma vez, foram apresentados os 02 (dois) produtos e o CEPRAM deliberou por recomendar ao CONERH a aprovação dos 02 (dois) enquadramentos, além de recomendar que o enquadramento trabalhe a ampliação da governança com a criação de subcomitês de bacias hidrográficas. Ressaltou que nesse momento é necessário fazer a apresentação e depois vê de que maneira o CONERH decide acolher ou não a recomendação do CEPRAM. Passou a palavra para Topázio apresentar a equipe do consórcio para fazer a apresentação. Eduardo Topázio (INEMA) fez uma breve contextualização do processo de elaboração dos produtos e passou a palavra para a equipe do Consórcio apresentar. Daniela Reitermajer representante do Consórcio Águas da Bahia que elaborou o Plano e as



34 propostas de enquadramentos do Rio Grande e do Rio Corrente e Riachos do
35 Ramalho, Serra Dourada e Brejo Velho explicou que apresentaria o diagnóstico
36 e prognóstico das duas bacias de maneira conjunta e depois separadamente
37 os enquadramentos. Explicou que os planos e as propostas de enquadramento
38 caminharam juntos, o que é oportuno e previsto por Lei. A elaboração desses
39 instrumentos é dividida por fases: Fase A – Preparatória: Análise de dados e
40 definição da base cartográfica; reconhecimento de campo; levantamento de
41 autores; trabalho de regionalização; Fase B – Diagnóstico Integrado, que se
42 subdivide-se em: Etapa B (a) – Estruturante: elaboração de 12 Notas Técnicas
43 específicas para cada tema (meio Biótico, meio físico, institucional legal, planos
44 e programas, hidrologia, hidrogeologia, balanço hídrico); Etapa B (b) Análise
45 Integrada por Agendas temáticas; elaboração de Notas Etapa B(c) –
46 Diagnóstico integrado através da consolidação das leituras; Fase C –
47 prognóstico e compatibilização; cenário tendencial e alternativos; alternativas
48 de atuação; balanços de qualidade e quantidade; articulação e
49 compatibilização e proposta preliminar de metas e ações; Fase D – Diretrizes,
50 Metas e Programas, refere-se a fase de planejamento onde acontece a
51 separação dos trabalhos, ou seja, a proposta de enquadramento caminhando
52 em um sentido e o Plano de Bacia em outro, mas ao mesmo tempo de forma
53 casada porque os dois instrumentos se conversam e foram elaborados pela
54 mesma equipe. Destacou os eventos participativos para a elaboração dos
55 instrumentos na Bacia do Corrente com a presença total de 932 (novecentos e
56 trinta e dois) participantes da sociedade civil em diversos eventos como:
57 oficinas presenciais na fase do diagnóstico; reuniões setoriais; consulta pública
58 e oficinas de planejamento ambas de forma remota. Já os eventos
59 participativos para elaboração dos instrumentos na Bacia do Grande com a
60 presença total de 809 (oitocentos e nove) participantes da sociedade civil em
61 diversos eventos como: oficinas presenciais na fase do diagnóstico; reuniões
62 setoriais; consulta pública e oficinas de planejamento ambas de forma remota.
63 Considerou que as participações nesses eventos foram grandes apesar de
64 serem de forma remota devido à pandemia. Esclareceu que o enquadramento
65 é um instrumento que visa estabelecer o nível de qualidade a ser alcançado ou
66 mantido pelos corpos de água ao longo do tempo. Ressaltou que a qualidade da
67 água não é independente da quantidade, pois se tem uma redução de

68 quantidade à qualidade da água cai. Pontuou que na Proposta do Rio Corrente
69 foram identificados 39 (trinta e nove) trechos de rios, sendo que desses trechos
70 apenas se conhecem nove referente a qualidade da água, portanto sendo a
71 classe atual já está adequada aos usos pretendidos em 08 (oito) trechos e que
72 em 01 (um) dos trechos a qualidade se encontra aquém da necessária, sendo
73 preciso executar ações para a efetivação do enquadramento. E como produto
74 final resultante da proposta de enquadramento do Corrente foi identificado
75 principalmente classe 2; tem alguns pontos de classe 1, que são especialmente
76 aqueles que o programa Monitora já indicou a presença de classe 1 e existem
77 alguns pontos de classe especial que são os que estão associados a Unidades
78 de Conservação. Destacou pelo estudo que se tem a presença de uma boa
79 qualidade de água para o que se conhece e para os parâmetros avaliados. No
80 que se refere à proposta de Enquadramento do Rio Grande são 46 (quarenta e
81 seis) trechos, sendo que desses trechos apenas se conhece a qualidade da
82 água para 21 (vinte e um) trechos, sendo a classe atual adequada aos usos
83 pretendidos em 12 (doze) trechos, já em 09 (nove) dos trechos a qualidade da
84 água se encontra aquém do necessário, sendo preciso executar ações para
85 efetivação do enquadramento. E como produto final resultante da proposta de
86 enquadramento do Grande foi identificado principalmente Classe 2; classe 1 e
87 alguns trechos com classe especial por estar associados a área de Proteção
88 Integral. Destacou que com a consolidação das propostas de enquadramento
89 foram identificados no geral águas de boa qualidade, apesar de ter pontes que
90 não são conhecidos; tem um desconhecimento total da presença de
91 agroquímicos na bacia e baixa concentração de oxigênio dissolvido de alguns
92 pontos monitorados; verificou-se rebaixamento do aquífero e essa situação
93 tende a se refletir mais na disponibilidade de água dos rios e
94 consequentemente na qualidade de água; situação precária de saneamento na
95 bacia, esses pontos valem ser destacados por serem estratégicos para o
96 Programa de Efetivação do enquadramento. Explicou que as propostas de
97 enquadramento foram trabalhadas nos seguintes horizontes de planejamento:
98 curto prazo: 2021 à 2023; médio prazo: 2024 à 2027 e longo prazo 2028 à
99 2035, porém isso não significa que esta proposta de enquadramento precise
100 ser fixa até 2035, porque o ideal é haja uma avaliação se essas classes foram
101 alcançadas e se proponha outras ações, ou seja, o CONERH, o INEMA e o



Comitê de Bacias precisa revisitar a efetividade das ações e se o conhecimento proposto está sendo alcançado e propor melhorias na proposta de enquadramento. Ressaltou que as propostas de enquadramentos possuem duas fases que acontecem ao mesmo tempo a depender do ponto, sendo assim é preciso aprimorar os conhecimentos sobre oxigênio dissolvido, sobre agroquímicos e sobre alguns pontos que não se conhece a situação atual. Destacou que as propostas de enquadramento tem os seguintes objetivos: fundamentar o processo de tomada de decisão na gestão das fontes de poluição; reduzir as cargas poluidoras dos corpos hídricos superficiais da RPGA; além de possibilitar que as águas superficiais atinjam os padrões de qualidade correspondentes aos usos atuais e pretendidos (efetivação do enquadramento). Pontuou que as seguintes ações propostas no programa de efetivação das propostas de enquadramento: discussão das propostas de enquadramento com o CONERH e CEPRAM; interação forte com o subprograma de monitoramento da Qualidade da água superficial; propor metas progressivas e finais para efetivação e medidas para redução de cargas; promover articulação com demais programas do Plano e outras instituições a exemplo da CERB e CODEVASF; a interação com demais instrumentos de gestão de recursos hídricos e avaliação do alcance das metas e a efetividade das ações. João Bosco (CREA/BA) parabenizou o trabalho conjunto do INEMA e do consórcio e disse que verificou que a maioria dos trechos dos rios foram classificados como classe 2 e apenas alguns estavam em situação mais crítica (classe 4) e, na proposta de enquadramento, propõem que esses trechos alcancem a melhoria na qualidade das águas e dessa forma atinjam a classe 2. Então é importante de fato que este monitoramento possa ocorrer para que se alcance um melhor nível de qualidade dessas águas, porque se houver uma falta de monitoramento pode acontecer o contrário a haja perda da qualidade dessas águas. Pontuou que esta seria a observação, mas adiantou que aprova essa classificação proposta. João Lopes, convidado, pontuou que ainda tem muita dificuldade de encontrar nos investidores do Oeste alguém que conheça esse estudo e por isso acha importante divulgar e apresentar este estudo no Bahia Farm Show que vai acontecer de maio ao começo de junho de 2022. Perguntou quando este estudo vai estar completo e disponível para todos acessarem o material completo. Questionou que durante a apresentação foi

136 mencionado que há redução do aquífero, quando se teve um estudo concluído
137 e entregue para o INEMA e para SEMA no dia 19 de novembro, onde se
138 presumia a contribuição da recarga do aquífero acontecendo, teria uma recarga
139 suficiente para ampliar o uso de água. Sandro Camargo (consórcio Águas da
140 Bahia) parabenizou a iniciativa de divulgar os estudos junto aos usuários de
141 água na bacia, realmente é muito importante que todos tenham conhecimento
142 da informação para poder gerenciar bem e o consórcio está à disposição para
143 apoiar do ponto de vista técnico para essa divulgação. Com relação à fala
144 associada ao rebaixamento do aquífero argumentou que é preciso analisar com
145 mais cuidado porque, ao que parece, há variação em seu nível dependendo do
146 ponto analisado. Destacou, ainda, que os estudos da Universidade de Viçosa,
147 da ANA e o estudo do consórcio sobre o aquífero conversam entre si e
148 apontam para as mesmas questões. Ressaltou que as classes propostas são
149 aquelas pactuadas com a sociedade em função dos usos que elas pretendem
150 ter. Para os cursos d'água que se sabe a qualidade da água hoje fica mais fácil
151 programar o conjunto de ações para que se consiga alcançar a classe
152 pretendida. E para os casos dos rios que não conhece a qualidade da água,
153 mas sabe-se a classe que se pretende ter, a proposta de enquadramento
154 aponta para a necessidade de um conjunto de levantamentos de dados para o
155 período de curto prazo para que se possa ter a base de informação e com isso
156 se consiga definir que ações são necessárias para serem implementadas.
157 Eduardo Topázio (INEMA) pontuou que a legislação determina que, caso não
158 tenha enquadramento, os rios são enquadrados em classe 2. Destacou que
159 está se falando de uma região extensa e com baixa densidade populacional
160 distribuída, ficando concentrada em alguns pontos e isso é uma das
161 dificuldades encontradas. Ressaltou que todos os estudos foram colocados a
162 disposição dos comitês de bacias, discutidos e aberto a sociedade e, depois da
163 aprovação pelo CONERH, vai estar publicado no site próprio para
164 acompanhamento. Informou que tem um sistema disponível contratado pelo
165 INEMA que é o SEIA Monitoramento onde as pessoas podem obter os dados
166 que foram apresentados. João Bosco (CREA/BA) disse que acha importante
167 rever o método Q90 para aquelas regiões que foram identificadas como
168 críticas. Sandro Camargo esclareceu que no âmbito do Plano foram
169 identificadas essas áreas como críticas e apontou-se um conjunto de ações

170 para essas áreas que passa tanto pelo monitoramento de vazão superficial e
171 subterrânea, o monitoramento do comportamento do aquífero e foi proposto
172 que para essas áreas já possa adotar outras estratégias. Eduardo Topázio
173 esclareceu que o Plano dá diversos cenários, inclusive em relação às
174 mudanças climáticas que gera uma redução de 20%. Alertou que é importante
175 refletir que está falando de uma bacia que contribui para outra bacia federal, no
176 caso Rio São Francisco que tem critérios diferentes e mais permissivos que os
177 do Estado da Bahia. Por exemplo, quando se fala em Q90 em uma
178 determinada série vai se encontrar um valor, quando a ANA fala em Q95 se
179 encontra um valor menor, só que o Estado da Bahia outorga 80% Q90 e eles
180 100% da Q95, o que significa que eles têm disponibilidade maior que a Bahia
181 para outorgar. Mariana Mascarenhas esclareceu que a discussão entre plano e
182 enquadramento acaba mesmo se misturando, mas que o que estava em pauta
183 era o enquadramento e como não havia mais inscritos colocou a matéria em
184 votação sendo os dois enquadramentos aprovados sem a recomendação de
185 criação de subcomitês como sugerido pelo CEPRAM. Foram 12 (doze) votos
186 favoráveis a aprovação de cada um dos enquadramentos, nenhuma abstenção
187 e nenhum voto contrário. No que se refere à recomendação de criação dos
188 subcomitês foram 10 (dez) votos contrários, 02 (dois favoráveis) e nenhuma
189 abstenção. Passou-se para o próximo ponto de pauta referente à apresentação
190 do Programa Monitora. Eduardo Topázio pontuou que tem 30 anos que
191 trabalha na área de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e viu a evolução
192 dessas políticas e as diversas tentativas de criar rede de monitoramento e é um
193 desafio que continua. O grande desafio que se tem na rede de monitoramento
194 e não é só aqui na Bahia, é se incluir as variáveis de elementos químicos que
195 estão sendo implantados inclusive nessas áreas agrícolas, o que dificulta a
196 identificação, e um dos desafios é fazer o mapeamento desses elementos
197 químicos, o problema é que a velocidade que são liberadas é muito maior que
198 a capacidade que tem de executar um acompanhamento minucioso e que não
199 depende exclusivamente do INEMA. A rede de monitoramento do Estado da
200 Bahia se baseia em estudos técnicos internos do INEMA, mas também de
201 orientações de Planos Nacionais, dos quais são discutidos coletivamente com
202 outros estados e patrocinado pela ANA. Ressaltou que o Programa Monitora
203 faz parte de um outro programa o Qualiágua, patrocinado pela ANA. Destacou

204 que a Rede do Qualidade de Água da Bahia tem 505 pontos e mais 13
205 unidades de monitoramento, totalizando 518 pontos de monitoramento, sendo
206 que as unidades de monitoramento remotas foram colocadas basicamente em
207 reservatórios que são utilizados para abastecimento humano e tem conexão
208 direta com o INEMA e por isso diariamente recebe dados, enquanto a rede de
209 qualidade de água é operada trimestralmente, o INEMA vai às regiões onde
210 estão instaladas para coletar os dados, é um grande desafio logístico, porque a
211 área do Oeste por exemplo, é muito distante de Salvador e o Estado não tem
212 laboratório com capacidade operacional, então o serviço fica centrado em
213 Salvador. Destacou que o trabalho do INEMA é intenso, com a grande
214 colaboração da equipe de coordenadores e essencialmente do corpo técnico
215 relativamente pequeno, mas que faz o trabalho e claro que tem o serviço
216 terceirizado, pois o INEMA não tem laboratório. Pontuou ainda sobre a Rede
217 Hidrométrica (Fluviométrica, Pluviométrica, Hidrogeológica), as quais totalizam
218 446 pontos monitorados, que são feitas manutenções trimestrais e semestrais,
219 mas os dados são computados diariamente, Informou que o Programa
220 Monitora teve início em 2007 e antes disso não havia programa eram ações
221 fragmentadas com apenas 200 pontos e foi o início do programa monitora e a
222 meta mínima e chegar a 566, ou seja um ponto a cada 1000KM², ressaltou que
223 isso foi pactuado e discutido com a ANA. Em 2011, com a criação do INEMA, o
224 Programa passou a ser executado pela Coordenação de Monitoramento de
225 recursos Ambientais e Hídricos que era ligado a Diretoria de Fiscalização, mas
226 a partir de 2019 passou a ser ligada a Diretoria de recursos hídricos e
227 monitoramento como forma de integrar as Políticas de Meio Ambiente e de
228 Recursos Hídricos porque o monitoramento é ambiental e não só de água, mas
229 tem avançado de fato na área de água. Ressaltou que a rede atual de
230 monitoramento dos rios englobam 505 pontos em 241 rios e reservatórios do
231 estado dentro de 234 municípios baianos em 25 regiões de Planejamento e
232 Gestão das Águas (RPGA), e as análises de índices são feitas através de
233 parâmetros, IQA e IET. Destacou os objetivos do Monitora são de avaliar a
234 evolução espacial e temporal da qualidade das águas para os diferentes rios;
235 correlacionar suas condições qualitativas aos usos e ocupações do solo nas
236 diferentes bacias; gerar informações relativas às áreas prioritárias para o
237 controle de poluição da água; fornecer informações para os sistemas nacional

238 e estadual de recursos hídricos e subsidiar a elaboração de propostas de
239 enquadramento de rios. Ressaltou ainda, que em 2021 houve uma evolução a
240 rede de monitoramento da qualidade de água ampliou de 503 para 505 pontos,
241 sendo 156 com medições simultâneas de vazão e qualidade. Explicou que o
242 programa Monitora é complementado pelo Programa Qualiágua, programa este
243 firmado entre o INEMA e ANA, no qual que o Estado recebe prêmios pelo
244 alcance de metas relacionadas ao monitoramento e à divulgação dos dados de
245 acordo com as premissas previstas na Resolução ANA nº 903/2013. A vigência
246 do contrato é de 60 meses, está concluindo agora, porém está se discutindo
247 junto com a ANA o Qualiágua 2, mas ainda está em aberto e isso não significa
248 que o INEMA parará com as atividades feitas hoje em dia. Os objetivos do
249 programa são: Contribuir para a gestão sistemática dos recursos hídricos,
250 através da divulgação de dados sobre a qualidade das águas superficiais no
251 Brasil a toda a sociedade; Estimular a padronização dos critérios e métodos de
252 monitoramento de qualidade de água no País, de acordo com as diretrizes
253 estabelecidas na Resolução ANA nº 903/2013, para tornar essas informações
254 comparáveis em nível nacional; Contribuir para o fortalecimento e estruturação
255 dos órgãos estaduais gestores de recursos hídricos e meio ambiente para que
256 realizem o monitoramento sistemático da qualidade das águas e dêem
257 publicidade aos dados gerados; Promover a implementação da Rede Nacional
258 de Monitoramento da Qualidade das Águas - RNQA, no âmbito do Programa
259 Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA. Os valores são
260 repassados semestralmente e cobre boa parte desse trabalho de
261 monitoramento da qualidade da água. Explicou que o programa possui dois
262 tipos de metas: **Metas de monitoramento e divulgação:** metas de operação
263 da RNQA (Rede Nacional de Qualidade da Água), com critérios mínimos de
264 número de pontos, número de parâmetros e número de pontos com medição
265 de vazão simultânea. **Metas estruturantes:** metas mínimas de frequência de
266 amostragem, capacitação de técnicos responsáveis pelas atividades de
267 monitoramento e avaliação da qualidade das águas e melhorias nas atividades
268 de laboratório. Ressaltou que caso o Estado não cumpra alguma meta, é
269 descontado do valor da premiação, porém isso não aconteceu até agora.
270 Destacou que com o programa Qualiágua houve o cumprimento das metas de
271 monitoramento e divulgação nos 9 períodos avaliados; o aporte financeiro total:

272 R\$ 5.711.371,00 e a gerou 109.770 dados de qualidade de água. Agradeceu e
273 se colocou disposição para esclarecimentos e dúvidas. Mariana Mascarenhas
274 agradeceu a apresentação de Topázio, agradeceu a apresentação do
275 consórcio e parabenizou a sua equipe e a do INEMA pelo trabalho
276 desenvolvido com estes enquadramentos. Passou para o que ocorrer. Solicitou
277 mais uma vez as indicações para a Câmara Técnica de Compensação
278 Ambiental, sendo a representação titular do Setor de usuários e a
279 representação suplente da Sociedade civil. Lembrou ainda que usuários não
280 indicaram também a representação para o GT de acompanhamento do Plano
281 de Saneamento do Estado. Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, a
282 reunião foi encerrada. Esta ata será assinada pelo Presidente do CONERH e
283 pela Secretária Executiva.

284 Presidente: Márcia Cristina Telles de Araújo Lima

285 Secretária Executiva: Mariana Mascarenhas

286 Membros:

287 Eduardo Topázio – INEMA

288 Bruno Jardim – SEAGRI

289 Fernando Luiz Pereira - SEAGRI

290 Marcelo Abreu - SIHS

291 Sahada Josephina Luedy – SECTI

292 Ana Livia Guimarães – SEDUR

293 Ana Odália Sena – FBCBH

294 Alessandra Chaves – AIBA

295 Leila Márcia Oliveira - FAEB

296 João Batista Farah Emiliano - CETREL

297 Sérgio Almeida Bastos – COFIC

298 Tiago Hiroshi – EMBASA

299 Manoel Ailton de Carvalho - ACOMQST

300 João Bosco Ramalho – CREA/BA

301 Jorge Luiz Farias - ABENFAC

